

PERSPECTIVAS A RESPEITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL: FORMAÇÃO CONTINUADA, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AS CONTRIBUIÇÕES DE LEV VYGOTSKY PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Sabrina de Souza Gonçalves

Graduanda em Pedagogia/UFCG
Bom Jesus, PB – Brasil
sabrina.souza@estudante.ufcg.edu.br

Débora Fontes de Araújo

Graduanda em Pedagogia/UFCG
Luís Gomes, RN – Brasil
debora.fontes@estudante.ufcg.edu.br

Myrella Oliveira da Silva

Graduanda em Pedagogia/UFCG
Cajazeiras, PB – Brasil
myrella.oliveira@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo dissertar a respeito da educação em duas perspectivas, especial e inclusiva, diante de seus significados, estruturações e aplicações na prática. Desse modo, a discussão dar-se-á mediante reflexões e elucidações a respeito da importância de uma educação escolar inclusiva, no contexto da formação continuada de escolas, professores e demais sujeitos, que se faz necessário para que a mesma se concretize, visto que, a inclusão no contexto escolar traz para os professores e para a própria instituição anseios e inseguranças, gerando impasses em prol da inovação. Ademais, trataremos das políticas públicas educacionais, dado que, estas são muito importantes no contexto da educação, pois são uma forma não apenas de assegurar, mas de colocar em prática a inclusão. Por fim, trataremos debates sobre as contribuições de Lev Vygotsky através do olhar de uma concepção dialética para a educação especial, considerando que a educação escolar e seus profissionais devem evoluir e se aperfeiçoar, estando esses preparados para a inclusão de todos os alunos de maneira igualitária, sem discriminação ou distinção.

Palavras-chave: Educação Inclusiva e Especial. Formação Continuada. Lev Vygotsky. Políticas Públicas Educacionais.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo central discutir sobre as concepções a respeito da educação inclusiva e especial, bem como, a importância do processo de formação continuada para os docentes, a instituição escolar e a comunidade social, a fim de que esses possam se aperfeiçoar em suas práticas. Ainda, trataremos da relevância das políticas públicas

educacionais na perspectiva da inclusão escolar e, por fim, analisaremos as contribuições dos estudos de Lev Vygotsky para a educação especial. É de referir, que o artigo foi construído com base em análises de dados secundários através de pesquisas bibliográficas.

Desse modo, é fundamental fazermos uma explanação a respeito do que é a educação inclusiva e especial, a fim de que ao decorrer do artigo não haja duplas interpretações a respeito da temática trabalhada, uma vez que embora as mesmas possuam semelhanças em suas composições, diferenciam-se no direcionamento. Dito isto, a educação especial está voltada para o atendimento de alunos que precisem de apoio, como estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), para ter acesso à educação. Sendo assim, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB/1996), em seu art. 58, esta modalidade educacional deverá atender (preferencialmente na rede regular) as pessoas com deficiência física, intelectual ou sensorial, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação, atuando com o objetivo de eliminar barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais que impeçam ou limitem a participação dessas pessoas em sociedade, privando-os da igualdade de condições com as demais pessoas.

Quanto a educação inclusiva, a mesma refere-se a todos os estudantes que precisem de assistência educativa, seja esta por estar relacionada a distúrbios de aprendizagem, deficiências ou dificuldades pelo contexto em que o mesmo está inserido. Assim, diz respeito a relação de todos os grupos, propondo a igualdade de oportunidades e a valorização das diversidades existentes na sociedade, para que todos tenham o direito de convivência nos mesmos espaços sociais e as mesmas possibilidades de desenvolvimento pessoal, social, acadêmico, cultural e educacional.

Nesse sentido, a inclusão se torna necessária não somente na escola, mas também na sociedade devido aos amplos índices de abandono escolar registrados e, que conseqüentemente, afetam o futuro de diversas crianças e sua inserção na sociedade. Em virtude disso, essas crianças acabam sendo excluídas e rotuladas como marginais, e por trás disso estão todas as condições que fazem com que esses indivíduos não se saiam bem nos processos avaliativos da escola, sendo essas: famílias desestruturadas, a pobreza, violência, falta de alimentação, entre outros, que constituem uma lista ampla e originam conseqüências sérias. Dessa forma, a educação inclusiva se torna um fator primordial para que essas crianças sejam inclusas na educação regular sem nenhuma forma de discriminação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com base no que foi explanado, este artigo estará precisamente voltado para a questão da inclusão das pessoas com deficiência nos ambientes escolares regulares, visto que a educação inclusiva vê a escola como um espaço para todas as pessoas, na qual os alunos ao frequentarem construirão seus conhecimentos e se desenvolverão como cidadãos nas suas especificidades. Assim sendo, as escolas inclusivas não respondem aos padrões estabelecidos que classificam as pessoas como normais, pois nesta perspectiva todos são iguais por serem todos diferentes, seguindo assim:

O princípio fundamental da escola inclusiva é que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos [...] (BRASIL, MEC, 1994, p.11-12).

Nesse sentido, a inclusão tem como função romper com os paradigmas das escolas conservadoras que se dividem em normais e especiais, tais definições não são usadas apenas para classificar a escola, mas também os alunos, gerando assim a exclusão. Com isso, na perspectiva das escolas inclusivas, os alunos não são definidos por uma identidade homogênea ou pela exigência de seguir um padrão específico de aluno, os mesmos são considerados a partir de suas diferenças, diante das suas especificidades e necessidades, sendo eles pessoas com deficiência ou não. Pois, como citado anteriormente, essa classificação de uma identidade padrão para todos os sujeitos exclui e marginaliza os diferentes, ao mesmo tempo em que privilegia certos grupos.

Dessa forma, se faz necessário a luta pela inclusão escolar, na qual está direcionada-se para que todos os alunos tenham acesso à educação e possam participar ativamente sem nenhuma barreira durante toda a sua trajetória escolar. Para que assim, haja de fato, uma inclusão destes educandos e não uma integração, posto que, a discussão em torno destas duas palavras já devia estar bem definida quando se tratando do contexto educacional, o que não acontece, pois, por possuírem nomenclaturas semelhantes seus objetivos passam a ser confundidos e assemelhados. No entanto, o objetivo de inserção dos dois dar-se-á de forma diferente, assim como, os posicionamentos teóricos e metodológicos. Logo, o uso da palavra integração no contexto educacional inclusivo refere-se à inserção dos alunos com deficiência nas escolas regulares, qualificando e designando alguns alunos das escolas especiais para integra-los em escolas formalizadas, porém, esta é uma inserção parcial, na qual o aluno irá mover-se do ensino

especial para o regular, mas continuarão em um tipo de atendimento e ensino dissociado que não garante a estes as mesmas oportunidades de ensino ofertadas as outras crianças.

Dessarte, a educação inclusiva manifesta-se contra o processo de integração, visto que, ao contrário desta, a inclusão fornece oportunidades para o desenvolvimento deste sujeito desde o início de sua vida. Sendo assim, as escolas inclusivas propõem que as organizações dos sistemas educacionais considerem as diferenças de todos os alunos, sem discriminação, vendo-as como uma multiplicidade. Resultando, portanto, na distinção do ensino regular e do ensino especial, em que ambos se tornam um só ensino voltado para o desenvolvimento dos sujeitos em geral, possuindo como objetivo melhorar a qualidade de ensino para todos os educandos, visto que como é citado por Marsha (1987, apud MANTOAN, 2003, p.17) "As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado", por isso a importância de colocar as crianças em um desenvolvimento conjunto.

Portanto, para que este desenvolvimento em conjunto ocorra, deve ser levado em consideração alguns princípios para a educação inclusiva. O primeiro princípio pontua que todas as pessoas tem o direito de acesso à educação, sendo este definido por Lei, na qual, deverá ser ofertado a todo e qualquer sujeito uma educação pública, de qualidade e que respeite as diferenças. O segundo princípio assegura que toda pessoa aprende, uma vez que o potencial de aprendizado das pessoas é ilimitado, já que o cérebro é como um músculo, pois se fortalecerá a medida em que o exercita. À vista disso, toda e qualquer pessoa possui a capacidade de aprender e se desenvolver, entretanto, para que a aprendizagem ocorra o sujeito terá que receber estímulos efetivos, bem como, exigirá destes alguns esforços para que o seu processo de aprendizagem ocorra não só mediante aos estímulos, mas com a sua participação ativa durante esse processo. Sendo assim, para que isso ocorra faz-se preciso a elaboração de estratégias e metodologias que assegurem a aprendizagem e a participação de todos os sujeitos.

No que diz respeito ao terceiro princípio, o mesmo afirma que o processo de aprendizagem de cada pessoa é singular, levando em consideração que esses possuem especificidades e particularidades, além disso, o modo como cada um aprende se dá conforme a sua construção física, cognitiva, emocional, social, cultural e política, visto que, assim como afirmado por Vygotsky, o contexto sócio-histórico em que o sujeito vive interferirá na construção de sua aprendizagem e desenvolvimento. Já o quarto princípio, certifica que o convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos, esse está relacionado as pessoas com deficiência, pois em muitos casos, percebem como benéfico separá-las das outras crianças. Mas, ao permitir que as mesmas convivam em conjunto, visualiza-se os benefícios tanto para as

crianças com deficiência que não são postas em uma situação de exclusão, como para as outras crianças que passam a ter contato e conhecer o diferente e, portanto, passam a respeitar e a cuidar do outro.

Para completar, o quinto princípio garante que a educação inclusiva diz respeito a todos, sendo dever do Estado, levando em consideração a participação da comunidade escolar e contando com a ajuda da sociedade em geral, dado que sem a participação social só a educação não consegue derrubar as barreiras que se formam diante a inclusão devido, principalmente, ao processo de normalização, que projeta uma neutralização dos desequilíbrios, preconceitos e exclusões existentes na escola. No entanto, a educação inclusiva acaba por ocasionar uma barreira de impacto nas instituições escolares, na medida em que essas estão organizadas de modo hierárquico e em divisão de classes, saberes, disciplinas e, a inclusão traria toda a diversidade para dentro da escola, não apenas novos alunos, mas também novos conhecimentos, visões e histórias, havendo assim, um impacto em toda sua estruturação.

Posto isso, a escola passará a ser inclusiva quando compreender e reconhecer as diferenças dos alunos dentro do processo educativo, isso é, reconhecer que cada educando é único e deve ser valorizado, buscando sempre a sua participação nos projetos escolares. Melhor dizendo, a escola comum se torna inclusiva quando adota novas práticas pedagógicas que tenham como premissa a valorização e a inclusão das diferenças. Ademais, esse ensino deve diferenciar-se dos demais pela sua qualidade educacional e, para isso, o desafio de fazê-lo acontecer deve ser de toda a equipe multidisciplinar que compõe o sistema de ensino. Todavia, a qualidade educacional das escolas inclusivas não é a mesma que se é exigida nas escolas conservadoras, isto é, uma qualidade que faça com que essa sirva de exemplo para as outras. Portanto, a qualidade da educação inclusiva se dá quando se tem o respeito pelas escolas em suas diferenças, assim como, na premissa dos alunos.

Com isso, para garantir essa inclusão com qualidade, faz-se necessário que mudanças sejam efetuadas nas escolas atuais, pois, as perspectivas originadas pelas instituições de caráter conservador trazem consigo concepções de respeito e tolerância, como se esses fossem uma generosidade. Assim, diante dessas perspectivas ultrapassadas, discriminatórias e excludentes, a ética se torna de suma importância na fundamentação da inclusão, dado que, perante as dimensões críticas e transformadoras que a educação inclusiva segue, a mesma reconhece que as diferenças não se limitam apenas as pessoas com deficiências, posto que todas as pessoas possuem habilidades, dificuldades e diferenças que devem ser compreendidas. Sendo assim, embora as escolas sejam regidas pelos parâmetros e diretrizes curriculares que instituí normas

a serem seguidas, a mesma não é uma estrutura pronta e acabada que não deve ou não pode passar por mudanças, a fim de ser reproduzida de geração por geração, uma vez que as escolas são compostas por pessoas que podem/devem utilizar de sua autonomia para reestruturar os modelos formativos vigentes.

Conforme o que foi dito, essa reestruturação pode se iniciar a partir das decisões que são postas no PPP (Projeto Político Pedagógico), na qual a partir desse será realizado um estudo da realidade escolar e serão criadas condições necessárias para o desenvolvimento deste planejamento especializado. Para Gadotti e Romão (1997, apud SANTOS, 2010, p.11) "o Projeto Político Pedagógico deve ser entendido como um horizonte de possibilidades para a escola". Logo, concerne a um documento norteador das ações que devem ser realizadas nas escolas, bem como, oportuniza refletir em conjunto sobre as prioridades que devem ser assumidas para o planejamento de uma educação de qualidade, oportunizando uma gestão democrática para que se faça possível a reformulação de uma escola dos diferentes para uma escola das diferenças.

Sendo assim, para que esta reforma ocorra demandaria de conhecimentos (pesquisas e formações continuadas), determinações e decisões de toda a gestão escolar e, para isso, faz-se necessário que as escolas adotem os seus próprios Projetos Políticos Pedagógicos, com o intuito de não seguir soluções generalizadas, buscando a sua própria solução em específico, pois as verdadeiras mudanças não vão ocorrer pela simples adoção de diferentes práticas de um ou de outro sujeito desse sistema, assim, essa mudança deve ter significado no decorrer da experiência inclusiva que esses profissionais se propuseram a viver.

Essas reformulações serão originadas, também, mediante a implementação do Atendimento Educacional Especializado através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), que visa elaborar recursos pedagógicos a fim de diminuir as barreiras físicas ou cognitivas para que esses alunos possam participar plenamente das atividades escolares, buscando sempre a autonomia deste estudante.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, publicada pela Secretaria de Educação Especial - SEESP/MEC, em abril de 2009, o Projeto Político Pedagógico da Escola deve contemplar o AEE como uma das dimensões da escola das diferenças (ROPOLI, 2010, p.20).

Nesse sentido, o PPP deve organizar, planejar, executar e acompanhar os objetivos, as metas e os resultados do AEE junto com as demais propostas realizadas pela escola comum.

Vale salientar que, esse atendimento é obrigatório nas instituições de ensino, sendo realizada principalmente nas escolas comuns, através de um espaço físico denominado de Sala de Recursos Multifuncionais, para que não se tenha exclusão. Quanto a matrícula no AEE, esta é realizada através da própria matrícula no ensino regular quando solicitado, contudo, esse atendimento também pode ser ofertado em Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou privada, na qual servirá como apoio para as escolas e para a formação continuada dos professores.

Ainda no que diz respeito ao PPP, a formação continuada dos professores é um dos pontos que constam em seus documentos, dado que um dos seus aspectos fundamentais é a preocupação com a aprendizagem desses profissionais, assim como, com os demais profissionais que compõe o sistema escolar. Visto que, muitos professores aprenderam pela fragmentação de saberes e, com isso, se desenganam e se surpreendem quando vão para uma especialização de inclusão, porque possuem uma falsa ideia de que apenas utilizando as práticas certas e o conhecimento sobre o prognóstico de cada deficiência e que aplicando-as bem conseguiriam desenvolver uma aprendizagem escolar nesses alunos. Entretanto, a perspectiva da inclusão é ampla, devendo haver uma mudança total na estruturação da escola, do ensino, no papel do professor e em como veem todos os alunos. Dito isso, a gestão escolar deve ofertar este conhecimento através de palestras, cursos e formações, para as pessoas que atuam diretamente ou indiretamente nas instituições, sendo assim, toda a equipe multidisciplinar que a compõe.

Nesse seguimento, essas formações devem contar com uma base de metodologias ativas, prevendo formar educadores construtivistas e inovadores que estejam dispostos para os estudos, a fim de realizar reflexões e evoluções diferentes a cada desafio. Dado que, a gestão e os professores só reconhecerão e acolherão as diferenças rompendo com o padrão conservadorista quando eles tiverem reconhecido e compreendido essa necessidade por si só, sem a imposição de terceiros, portanto, trata-se de uma construção diária e coletiva, para que essa transformação educacional ocorra, é preciso que esses antes de verem as deficiências, vejam as crianças e suas especificidades.

Diante de toda contextualização, é importante citar as contribuições de Lev Vygotsky para a educação especial e para o campo educacional, pois mesmo que suas obras tenham sido produzidas por volta dos anos de 1930, as discussões elencadas nelas ainda são muito atuais. Dito isso, o mesmo defendia que os sujeitos e a sociedade estão em permanente movimento e transformação, portanto, não havendo "nível máximo de desenvolvimento humano" como

muitos afirmavam e, por isso, o mesmo foi contra os preceitos da época que defendiam uma sociedade imutável o que acabava por prejudicar o desenvolvimento dessas crianças especiais, considerando-as como incapazes de se desenvolver, mesmo diante de estímulos.

Com isso, o olhar de Vygotsky para as possíveis limitações destas crianças especiais não é de lamentação ou pena por elas estarem nestas condições, mas, um olhar a partir de uma concepção dialética, dado que se há problemas existem também soluções. A partir disso, ele pontua que o resultado de um defeito possui uma via de mão dupla, isto é, ao mesmo tempo em que ele limita este sujeito a algumas atividades do cotidiano, ele também intensifica outras atividades no organismo, logo, esta característica 'negativa' intensifica uma outra atividade trazendo assim, uma qualidade 'positiva'. Para tanto, essas soluções em sua visão, davam-se a por meio da plasticidade, isto é, na capacidade de transformação do organismo para a criação de processos adaptativos que originem a superação do problema. Contudo, a de ser compreendido que estas adaptações e superações dos problemas se dão a partir das relações internas e externas (formas não espontaneístas), uma vez que estes necessitam de estímulos externos para se desenvolver e se adaptar. Esta lei de compensação, segundo Vygotsky funciona também para as pessoas “ditas normais”, por isso que ele concorda com Stern quando esse afirma que "tudo o que não me destrói, me faz mais forte, pois na compensação da debilidade surge a força, e das deficiências as capacidades" (STERN apud COSTA, 2006, p. 03).

Sendo assim, a perspectiva adotada por Vygotsky sobre a plasticidade vem implícita a questão de acreditar que todo e qualquer sujeito pode se desenvolver, uma vez que a inteligência não é estática, mas sim, dinâmica, conforme afirma Vygotsky (apud COSTA, 2006, p. 04): "Todas as crianças podem aprender e se desenvolver... As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental". Seguindo este ponto de vista, deve ser proporcionado a esse educando objetos que estimulassem suas outras funções que não possuem limitações, visto que para ele está é a forma mais fácil de aprender o conteúdo e chegar ao mesmo fim que os outros alunos. Contudo, isto não quer dizer que deva ser estimulado somente uma região ou habilidade nesse educando, mas que esse deverá ser estimulado como um todo, porém, com ênfase maior nas áreas que não possui limitações a fim de compensar as mesmas.

Nesta perspectiva, passa-se de uma pedagogia terapêutica, que se centra nas necessidades especiais dos alunos, para uma pedagogia criativamente positiva, que se volta para como essa criança especial pode interagir com o meio e com a pessoas deste, a fim de superar a sua limitação e proporcionar o acesso ao conhecimento. Assim, qualquer que fosse a deficiência

deste sujeito, não implicaria no seu desenvolvimento, pois, o que poderia impossibilitar-lhe de se desenvolver seriam as mediações aplicadas, uma vez que a mediação é a relação que ocorre entre duas pessoas, isto é, sujeito-meio-sujeito, contudo, para que este constitua-se em um processo de aprendizagem é necessário que seja bem direcionado e planejado. Desta forma, para que ocorra essa mediação, o aluno deverá ser colocado no centro do saber, levando em consideração as suas necessidades e não a do educador. Assim, esse educador, a partir da intervenção, deverá possibilitar a relação entre a teoria e a prática, visto que a inteligência abstrata (pensamento) está interligada a inteligência prática. Porém, não basta apenas proporcionar ações que acabem sem um fim específico, é necessário que se tenha um objetivo a ser desenvolvido por traz, para que assim, haja o desenvolvimento do aluno.

Assim sendo, o desenvolvimento desta criança dar-se-á em dois momentos, o primeiro de forma externa a partir da relação com os outros que tanto podem ser adultos como crianças através do processo interpessoal, já o segundo, ocorrerá no nível individual, isto é, a partir da internalização da troca de relações no meio social. Devido a isso, os professores, os colegas mais desenvolvidos e os recursos metodológicos, aparecerão como suportes para o desenvolvimento dessas crianças especiais. Ressalta-se também a importância da função semiótica para o desenvolvimento dessas crianças, a partir da relação entre os signos (linguagem) e sua utilização, visto que esta é o que caracteriza o ser humano e o diferencia dos demais animais.

Desse modo, essa questão semiótica (da linguagem) torna-se de suma importância para o desenvolvimento das crianças especiais, uma vez que estas são fundamentais para o desenvolvimento da linguagem, seja ela qual for (oral, escrita, braile, libras). E, devido a sociedade em que vivemos a formação da linguagem constitui-se através da interação verbal entre os sujeitos de uma sociedade, por isso, os signos (símbolos) para Vygotsky é uma marca externa que tem como objetivo auxiliar na formação da memória interna. Logo, o desenvolvimento da linguagem possibilita ao sujeito uma imersão nas diversas possibilidades de diálogo que são estabelecidas ao longo da vida social, bem como, organiza o pensamento desse sujeito a fim de que ele se comunique e se expresse melhor, assim, é a partir dessa necessidade de comunicação com terceiros que o desenvolvimento da linguagem é impulsionado. Portanto, quanto mais as crianças tiverem a possibilidade de comunicar-se mais elas buscarão estruturas organizacionais para formular uma frase e serem compreendidas, por isso, a importância de fornecer relações comunicacionais para o desenvolvimento destas, com isso, a escola regular torna-se um ambiente importantíssimo para a sua socialização e

desenvolvimento a fim de que aprendam a viver com os diferentes, a desenvolverem a cooperação e o trabalho em grupo, bem como, valorizem a contribuição individual de cada sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, para que se alcance uma educação escolar inclusiva os educadores, gestores e as demais equipes multifuncionais devem retomar os seus poderes emancipatórios nas escolas, a fim de fazer com que aconteça efetivamente uma educação igualitária, democrática e inclusiva, em que a empatia e a cooperação estejam no portão de entrada, fazendo com que a qualidade de cada educando se evidencie. Pois, "Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras" (MANTOAN, 2007, p. 30). Portanto, a escola deve ser um local de proteção e de acolhimento, proporcionando condições para que os sujeitos de desenvolvam em suas totalidades, visando a construção de uma identidade sociocultural particular.

Para isso, é necessário um ensino que atinja a todos sem diferenças, por intermédio de uma pedagogia ativa com muito diálogo e interações, integrando saberes e propondo um ensino multidisciplinar, que vise a autonomia, considerando os significados do mundo sociocultural dos alunos. Deste modo, construir-se-á um ensino para todos, visando estimular as capacidades que podem ser desenvolvidas, considerando os ritmos de aprendizagem em cada aluno, o que, conseqüentemente, tirará o peso da competição constante, esta que é originada dentro das instituições escolares, na busca pelo melhor desempenho, sob o risco de taxaço daqueles que não atingiriam os ditos 'padrões' escolares.

Em suma, diante do exposto conclui-se que, faz-se preciso que as políticas de educação avancem, visto que a sua estagnação e não inovação poderá influenciar na exclusão das crianças ou na negação dos direitos dessas a educação. Dessa maneira, para que ocorra a mudança para uma educação escolar comum inclusiva exigisse o esforço de muitas instâncias, não somente da escola ou dos professores, mas também dos pais e instituições sociais que influenciam de modo direto ou indireto na educação escolar. Por fim, é necessário que a comunidade escolar evolua e aperfeiçoe-se em suas práticas, a fim de que as diferentes escolas estejam preparadas organizacionalmente, estruturalmente e metodologicamente, para atender a todos os alunos sem distinção ou segregação.



Referências:

COSTA, Dóris Anita Freire. SUPERANDO LIMITES: A CONTRIBUIÇÃO DE VYGOTSKY PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, [s. l.], v. 23, ed. 72, 2006.

FUNDAÇÃO BRADESCO / ESCOLA VIRTUAL (org.). **Educação Inclusiva**. EAD, 2021. Disponível em: <https://www.ev.org.br/cursos/educacao-inclusiva>. Acesso em: 12 set. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer?**. 1ª. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Edilene Aparecida Ropoli ... [et.al.]. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.